# SEXO E SEXUALIDADE: UM DISCURSO DO "PECADO DA CARNE"

Maria Elizabeth Melo da Fonseca*

O controle do sexo e da sexualidade esteve atrelado ao discurso das instituições oficiais de cada época; Tais discursos serviram para reprimir, controlar ou proibir. O papel do discurso em uma sociedade interfere de formas diferentes dependendo do portador do discurso e seu público alvo.

Assim, como recurso teórico-metodológico utilizei a Análise do Discurso numa perspectiva dos Estudos Críticos do Discurso[1]. A Análise do Discurso, segundo Iñiguez (2004) é bastante variável, e seria inadequado utilizar todas as suas conceituações. De acordo com o pensamento de Iñiguez,

> [...] nos últimos anos ocorreu nas Ciências Sociais e Humanas um movimento intenso quanto às questões teórico-metodológicas. Inicialmente, as opções metodológicas e a ênfase na Linguagem foram reunindo aos poucos muitos métodos, resultando em novos aspectos teóricos por si mesmos diferenciados de períodos anteriores. Assim se originou a Análise do Discurso. (FONSECA, 2009, p. 57).

Dessa forma, segundo Iñiguez (2004, p. 53), a Análise do Discurso "[...] é um rótulo comumente usado para definir uma grande quantidade de métodos empíricos que são utilizáveis e utilizados para o estudo de uma enorme variedade de temas." O discurso, seja falado ou escrito, representará uma prática social. Portanto, o discurso "[...] reflete a visão e a ideologia de seus escritores e da sociedade à qual ele pertence." (CALDAS-COULTHARD, 2008, p. 36). Para Teun A. van Dijk a Análise Crítica do Discurso

> [...] é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político (DIJK, 2008, p. 113).

Ainda segundo Dijk (2008, p. 114), "a Análise Crítica do Discurso não é, na verdade, uma diretriz, uma escola nem uma especialização semelhante a tantas outras 'abordagens' nos estudos discursivos". Logo, a ACD tem como objetivo "[...] oferecer

---

*Graduada em História-UFPB e Mestra em Ciências das Religiões-UFPB.

[1] Estudos Críticos do Discurso, expressão usada por Dijk (2008), pode ser entendida como Análise Crítica do Discurso.

um ‘modo’ ou uma ‘perspectiva’ diferente de teorização, análise e aplicação ao longo de todos os campos” (Ibidem, loc. cit.). A preocupação da Análise Crítica do Discurso é “[...] examinar o texto como algo que reflita o social e, em parte, o constrói.” (CALDAS-COULTHARD, 2008, p. 35).

Portanto, a investigação crítica do discurso abarca diversos requisitos que corroboram para agregar diferentes objetivos, enfocando, especificamente, “[...] os modos como as estruturas do discurso produzem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de poder e dominação da sociedade” (DIJK, 2008, p.115). Além disso, os Estudos Críticos do Discurso estão interessados nas “questões e problemas sociais, da desigualdade social, da dominação e de fenômenos relacionados, em geral, e no papel do discurso [...]” (Ibidem, p. 15).

Neste sentido, Fonseca (2009) entende os Estudos Críticos do Discurso como:

> [...] uma modalidade da Análise do Discurso que se utiliza de metodologias e técnicas de várias tradições e se preocupa com estudar as ações sociais, postas em prática por meio do discurso, e que constituem abuso de poder, controle social, dominação, desigualdade social, exclusão social e marginalização. (FONSECA, 2009, p. 58)

Contudo, dentro de uma perspectiva de relações de poder o teórico Teun A. van Dijk afirma ser a Análise Crítica do Discurso

> [...] um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político (DIJK, 2008, p. 113).

Diante dos breves deslocamentos conceituais optei por aplicar, neste estudo, a Análise do Discurso e os Estudos Críticos do Discurso, pois como recursos teórico-metodológicos, eles possibilitam encontrar nas rupturas, nos vazios, nos silêncios, nas ausências e outros, um ponto de vista diferente, ou seja, a exterioridade da prática social.

## Repressão perfeita: autorrepressão

Desde séculos, a repressão sexual foi utilizada como dispositivo de controle do sexo e da sexualidade. Para Foucault (2007) criou-se uma “teoria da repressão” manipulada e submetida às instituições e, funcionando de acordo com a classe social. O

papel de cada instituição revelou-se eficaz, e em alguns casos transportou-se para gerações posteriores.

Nesse sentido, "[...] a repressão perfeita é aquela que já não é sentida como tal, isto é, aquela que se realiza como autorrepressão, graças à interiorização dos códigos de permissão, proibição e punição de nossa sociedade." (CHAUÍ, 1984, p. 13). A **repressão sexual** pode aqui ser entendida como "[...] um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidas histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade [...]." (Ibidem, p. 9).

Ainda a este respeito, destaca Foucault (2007) que o discurso da "teoria da repressão" do sexo e da sexualidade funciona de acordo com as classes sociais. O discurso da sexualidade passou a revelar que,

> Nossa sexualidade, por oposição à dos outros, está submetida a um regime de repressão tão intensa que o perigo, agora está nisso; não somente o sexo é um segredo temível, como não cansaram de dizer às gerações precedentes os diretores espirituais, os moralistas, os pedagogos e os médicos, não somente é preciso desencavar sua verdade, mas, ele carrega consigo tantos perigos, é porque – por escrúpulo, senso aguçado do pecado ou hipocrisia, como quiserem – o reduzimos a silêncio por tempo demais. Doravante a diferenciação social não se afirmará pela qualidade "sexual" do corpo, mas pela intensidade da sua repressão. (FOUCAULT, 2007, p. 141-142).

No século XVIII, o controle da sexualidade feminina no Brasil foi intenso; criou-se um modelo de mulher submetida às leis do Estado e da Igreja, além da vigilância dos pais, irmãos, tios e tutores. Esses costumes reprimiam a sexualidade feminina para que não viesse a aflorar, causando desequilíbrio na ordem social.

Dessa forma, a Igreja todo-poderosa exercia "[...] forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina. O fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior e, portanto, cabia a ele exercer a autoridade." (ARAÚJO, 2006, p. 45-46). Ainda a esse respeito, afirma o historiador Charles R. Boxer:

> [...] no que tange às mulheres, a atitude dos portugueses em relação ao belo sexo era tida como demasiado zelosa e restritiva até pelos espanhóis, os quais, todavia, à semelhança de seus vizinhos, talvez tenham herdado dos séculos de ocupação mourisca as suas ideias no tocante ao isolamento das mulheres. (BOXER apud CARNEIRO, 2000, p. 29).

Vale salientar, que os dispositivos sobre a sexualidade foram difundidos de maneiras diferentes, ou seja, de acordo com os segmentos sociais. Segundo Foucault (2007), a "teoria da repressão" dominou, aos poucos, o dispositivo da sexualidade abordando-a e interditando-a em todos os aspectos. Logo, justificaram e interditaram a autoridade e a colocaram submetida à lei.

No tocante as mulheres, o rigor repressivo iniciava-se desde cedo. Para elas, "A educação formal [...] estava destinada apenas às primeiras letras, ou seja, a ler, escrever e contar, e a coser, bordar e seguir os princípios da religião." (FONSECA, 2009, p. 32). Muitas foram destinadas aos conventos, aprendiam latim e música; mas, geralmente, a educação dirigiu-se exclusivamente ao casamento. O estado virginal era o ideal para a purificação do corpo e da alma, porém em muitos casos o casamento para as mulheres funcionava como controle da sexualidade.

Segundo o padre Jorge Benci (apud Carneiro, 2000, p. 62) o casamento foi inventado para "[...] afogar os ardores e esfriar as paixões carnais [...], aliás, era também considerado como "[...] remédio da concupiscência e para evitar os pecados." Nos estudos de Carneiro (2000), ele aponta padres e literários do século XVI e posteriores que fizeram apologia ao casamento e as paixões. Na obra analisada por Carneiro (2000), *Espelhos de casados*, do doutor João de Barros, é apresentada razões contrárias e favoráveis ao matrimônio. Além disso, tal obra considera a fornicação como pecado mortal, bem como a união ilícita. Porém, o que merece destaque é sua consideração ao casamento como estado inferior ao celibato.

Expressando, ainda, o pensamento do doutor Barros, Carneiro (2000, p. 63-64) destaca que "O casamento é sinônimo da vida estabilizada, [...]. A domesticação do casamento é a única forma de não viver em pecado. E o pecado é um risco não só para a vida eterna da alma como também para a saúde do corpo na terra [...]." Contudo, o *guia dos casados* reafirma a misoginia e total submissão da mulher na sociedade, pois "A mulher não tem honra própria, apenas a do seu marido." ( Ibdem, p. 65).

No Brasil, o casamento não foi o local para o "ardor sensual" (CARNEIRO, 2000, p. 62). Segundo Fonseca (2009, p. 32) "[...] muitos foram os casos de meninas com idade de 12 e 13 anos, ou até menos, que contraíram núpcias como forma de evitar o despertar da sexualidade." Tudo acontecia com o aval da própria Igreja, que vigiava

por meio das missas e das confissões, e, “Com o desejo e as sensações pretensamente domados, vinha afinal o casamento, [...].” (ARAÚJO, 2006, p. 51). Dessa forma, assevera Fonseca (2009) que,

> Mesmo casada, a mulher sofria constante interferência e seguia as normas dos teólogos moralistas, que eram: evitar o excesso, o erotismo, o coito de pé, sentado ou por baixo (da mulher), posições que desperdiçavam o sêmen procriador, pois não entrava no lugar certo. (FONSECA, 2009, p. 32).

O fato é que, a “[...] cópula irresponsável, de puro prazer” (ARAÚJO, 2006, p. 52), era vigiada, reprimida e controlada nas confissões. A inferiorização e a misoginia das mulheres foram constantes durante séculos, pois elas carregavam a culpabilidade da queda de Eva no paraíso (o pecado original). Cabia então, total vigilância de perto pelos maridos, pais, tios e filhos, pois elas possuíam “[...] a potência descontrolada do instinto sexual” (CARNEIRO, 2000, p. 69); justificando, assim, o necessário adestramento da sexualidade feminina.

A aliança das instituições como: Igreja, Família, “Estado” e Medicina, contribuiu para a eficácia do adestramento do sexo e da sexualidade de homens e mulheres. Contudo, o discurso de cientistas e de psiquiatras defendia que “[...] o homem tem um desejo sexual mais forte do que a mulher por sua própria constituição biológica” (RAGO, 1985, p. 83-84).

Nesse sentido, os discursos concentravam-se em reforçar

> [...] uma perspectiva essencialista dos corpos masculinos, com a ideia de que os corpos masculinos são mais fortes, viris e talhados para as hostilidades do trabalho e do espaço público e de que os corpos das mulheres são aptos para cuidar das crianças (MATOS, 2005, p. 84).

Desse modo, “[...] o varão permanece fiel à família, mas podendo buscar fora dela um escape ao arejamento de seus extintos [...]” (FORCANO, 1996, p. 25). Contudo, desenvolveu-se uma política moral-sexual para a sociedade de uma época, que orientava, controlava e reprimia o sexo e a sexualidade. Em alguns casos percebe-se a existência de um dualismo cristão quanto ao matrimônio, a mulher e a sua subvalorização.

Assim, essa ideia foi solidificada e a mulher passa a ser vista como: “[...] um ser impuro e débil, com inclinações para o mal e, principalmente, para a sedução; no

entanto, carecia ser submissa e ter a tutela de um homem.” (FONSECA, 2009, p. 30). Quanto ao homem e sua sexualidade, permitia-se um escape aos desejos instintivos e, os casos de adultério eram interpretados como um deslize que deveria ser perdoado.

A Igreja Católica combateu, desconfiou e desprezou severamente o “prazer da carne”, ou seja, os chamados instintos do homem. Desse modo, os sentimentos poderão “[...] ser disfarçados, ocultados, dissimulados desde que percebidos ou sentidos como incompatíveis com as normas, os valores e regras de nossa sociedade.” (CHAUÍ, 1984, p. 13). Foi por meio do discurso nas missas, nas confissões obrigatórias e outras que a sexualidade recebe duras medidas disciplinares, repressivas e controladoras. Assim, todos “[...] os detentores de uma parcela de autoridade se colocam num estado de alerta perpétuo: reafirmando sem trégua pelas disposições, pelas precauções tomadas, e pelo jogo das punições e responsabilidades.” (FOUCAULT, 2007, p. 34).

O fenômeno da sexualidade e do sexo deveu-se a diversos interesses como assevera Forcano (1996),

> [...] interesse comercial, absoluta liberdade artística, modo atual de representar o corpo humano (feminino, principalmente com o ocultamento daquelas partes que caracterizam de forma primária ou secundária o sexo), manipulação sistemática ao determinar apetências e desejos inconscientes, publicidade mesclada a elementos sexuais que fomentam as vendas... (FORCANO, 1996, p. 16).

Ainda a este respeito, destaca Forcano (1996) que tais fatores foram responsáveis pela insegurança, pela despersonalização do sexual e pela arbitrariedade moral, todos dependentes de uma construção cultural. Não obstante, o moralismo religioso esteve preocupado em negar e enfatizar o “pecado da carne” como um pecado mortal. Em uma passagem bíblica destaca-se a condenação do prazer carnal - Vaidade das vaidades. Lembrem-se da morte -; assim, todos “[...] os prazeres são vaidade e, portanto, o torpe abismo do inferno. Qualquer sensorialidade ou sensualidade, a tentação que rapta a carne lançando-a na voragem dos sentidos, devia ser evitada.” (CARNEIRO, 2000, p. 103).

Vários textos bíblicos foram, e ainda são, utilizados por pregadores como uma forma de supressão do sexo e da sexualidade. Muitos deles enfatizam a desvalorização da mulher, a exemplos de passagens como as de Paulo, Epístola a Timóteo, Efésios e outros. Porém, o versículo preferido é: “as mulheres sejam submissas a seus maridos”

(Ef 5, 22); geralmente, é omitido o versículo anterior que assinala a igualdade de submissão aos maridos como: “Sujeita-vos uns aos outros” (Ef 5, 22); É importante destacar que esse discurso moral religioso, mesmo que referissem as mulheres da era de Jesus, é anacronicamente utilizados por alguns pregadores, seja para o controle da ordem, do sexo e da sexualidade. (RANKE-HEINEMANN, 1996)

No mundo contemporâneo, os diferentes discursos político, sócio- cultural convergem e se apropriam de regular o valor das mulheres por seu modo de vestir, de falar e agir entre outros. No entanto, suas atividades sexuais devem estar unidas aos princípios morais e religiosos. Como Ranke-Heinemann (1996, p. 47) afirma: “Hoje, como no passado, os principais pecados da humanidade se situam nos quartos de dormir e não, por exemplo, nos campos de batalha.”

Contudo, o sexo conjugal e o discurso da normatividade são divulgados e reforçados com o objetivo de controlar homens e mulheres. Para isso, a ideia do pecado original defendido por Santo Agostinho permanece, de certa forma, nos discursos teleológicos.

## CONSIDERAÇÕES

O objetivo do estudo foi compreender como os discursos das instituições de uma época construíram e interferiram na conduta moral religiosa da sociedade, em especial, da mulher por meio das normas e regras estabelecidas. Neste estudo, busquei emergir o “pecado da carne” tido como o pecado mortal, principalmente, no que tange a mulher; para que as mesmas não tornassem “indecentes” ou escandalizassem e ferissem os princípios da sociedade.

No entanto, amparada pela Análise do Discurso, pelos Estudos Críticos do Discurso e pelos estudos de Gênero, identifiquei por intermédio do discurso do saber, da verdade, da ideologia e do poder, que as instituições: Igreja, Família, Estado e Medicina, representaram uma construção sociocultural.

Partindo do princípio de que o discurso é um conjunto de práticas sociais (IÑIGUEZ, 2004), e essas, por sua vez, sustentam e geram relações sociais, identifiquei que a moral católica no Brasil utilizou-se de normas e regras como forma de regular e

controlar o sexo e sexualidade da população, por meio da pregação dominical e, em especial, da confissão.

Então, utilizando-se dos discursos sobre a moral sexual do teólogo, Tomás de Aquino (influenciado por Santo Agostinho), a preocupação da Igreja foi (e ainda é) a conduta moral religiosa e sexual das mulheres. Nos seus discursos, a Instituição reprimiu e vigiou a sexualidade feminina, considerando-a como um dos maiores inimigos do pecado. Tudo isso, reforçado pela aliança das instituições: Igreja, Família, Estado e Medicina.

É relevante compreender que, a análise do controle do sexo e da sexualidade pelo discurso, aqui estudado, não restringe-se a uma visão meramente teleológica, criticada por Joan W. Scott, pelo contrário, foi a aliança das relações de poder entre as instituições e a Medicina que resultou em várias mulheres moldadas, manipuladas para a frigidez e para a anulação de si mesmas, em relação ao seu papel social e à sua sexualidade. Ainda hoje, percebe-se que, em matéria sobre sexo e sexualidade existe tabu;

Como assevera Chauí (1984), em matéria de sexo, a sociedade cria culturalmente valores, compreende simbolicamente, dá sentidos, cria normas, interditos e permissões. Portanto, mesmo sobre constante vigilância de uma sociedade misógina, a sexualidade é uma condição natural do ser humano, e a repressão sexual se manifesta de forma interna e externa (CHAUÍ, 1984). Assim foi durante todo o século XVIII, e permanece até os dias de hoje; mesmo sob vigilância, controle e repressão, continuará existindo casos de transgressão moral religioso e, em alguns casos, sexual, seja de mulheres e/ou de homens casados, sejam de solteiros, sejam de irmãs/ãos de fé.

Considerando a sociedade contemporânea, após o movimento feminista e as novas perspectivas, há termos e paradoxos que, ainda, estão sendo estudados e debatidos. Os dilemas da identidade feminina e masculina vão além de uma visão binária do ser individual -macho ou fêmea-, pelo contrário, é desconstruir a diferença sexual e eliminar a subordinação imposta às mulheres.

Entretanto, considerando o pensamento de Simone de Beauvoir (1960, p. 497) sobre o desejo sexual entre homens e mulheres, em razões de alterações hormonais da espécie humana; observei que, a ambiguidade entre homens e mulheres é defendida nos

aspectos ideológicos e culturais, com o propósito de reforçar o papel social nas relações de poder.

Nos dias hodiernos, o controle do sexo e sexualidade, expresso nos discursos de pregadores das instituições religiosas segue, em muitos dos casos, os preceitos dos teólogos medievais. A dominação do "instinto sexual" e da sexualidade é interpretada como alçada da instituição. O que conduz os discursos é a "homogeneidade" da normatividade associada com a moral-religiosa defendida pelos pregadores de acordo com seus credos. Observa-se que as políticas públicas de saúde, avançaram consideravelmente; por outro lado, a política de valores moral-religioso permanece e, na maioria, continua arraigada aos princípios bíblicos supracitados. Os chamados cristãos, ou não, transportam a herança cultural de séculos, o do discurso da "moral sexual" de pecado, controle, vigilância, enfim, da autorrepressão sexual.

Contudo, dentro de uma política de relações de poderes, a autorrepressão condicionou, em alguns casos, o indivíduo às regras, aos valores e as permissões estabelecidas, mas atingiu, principalmente, o objetivo do discurso moral-religioso: o controle do sexo e da sexualidade, evitando assim, o "pecado da carne".

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Emanuel. **A Arte da Sedução**: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das Mulheres no Brasil. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 45-77.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. São Paulo: EDIPEL (Difusão Européia do Livro), 1960.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. **Da Análise do Discurso à Análise do Discurso**: introduzindo conceitos. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; SCLIAR-CABRAL, Leonor (Org.). Desvendando Discursos: conceitos básicos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. p. 19-44.

CARNEIRO, Henrique. **A Igreja, a Medicina e o Amor**: prédicas moralistas na época moderna em Portugal e no Brasil. São Paulo: Xamã, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e Poder**. Tradução e adaptação Judith Hoffnagel et al. São Paulo: Contexto, 2008.

FONSECA, Maria Elizabeth Melo da. A paixão de Quitéria: crime, pecado ou incidência? Uma contribuição aos estudos críticos do discurso. 146 f. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE . João Pessoa, 2009.

FORCANO, Bejamín. **Nova Ética Sexual**. Tradução Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade do saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

IÑIGUEZ, Lupicinio. **Os Fundamentos da Análise do Discurso.** In: IÑIGUEZ, Lupicinio. (Coord.). Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais. Tradução Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 50-104.

MATOS, Maria Izilda S. de. **O corpo e a História**: ocultar, expor e analisar. In: SOTER - Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (Org.). **Corporeidade e Teologia.** São Paulo: Paulinas, 2005. (p. 65-88).

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar:** a Utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1997.

RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo Reino de Deus**: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. Tradução Paulo Fóes. Rio de Janeiro: Record: Rosas dos Tempos, 1996.

FUNCK, Susana Bornéo. **Discurso e Identidade de Gênero**. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; SCLIAR-CABRAL, Leonor (Org.). Desvendando Discursos: conceitos básicos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. p. 183-195.

VAINFAS, Ronaldo. **Moralidades Brasílicas**: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, 1999, p. 221-273.